GUARANÉSIA
PREFEITURA DA CIDADE

# EDITAL DE LICITAÇÃO

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL nº. 116/2022**
**PROCESSO nº.: 187/2022**
**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO (Lei Complementar nº 123, de 2006 com as alterações da Lei Complementar nº. 147, de 07 de agosto de 2014)**

**1. PREÂMBULO**

1.1. O Município de Guaranésia, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Rui Barbosa, nº 40 Centro, CEP 37.810-000, inscrito no CNPJ sob o nº 17.900.473/0001-48, torna público a realização do Processo licitatório nº 187/2022, na modalidade Pregão Presencial nº. 116/2022, visando a **prestação de serviços de Segurança Eletrônica através do monitoramento de Sistemas de Alarme com transmissão de sinais Wirelles, GSM (GPRS/SMS) e linha discada, CFTV Digital e ronda eletrônica monitorada Online, para atender às Secretarias Municipais**, conforme especificações constantes no Anexo I, parte integrante do presente edital.

1.2. Órgãos requisitantes: Secretarias Municipais.

1.3. O pregão presencial será regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 com as alterações da Lei Complementar nº. 147, de 07 de agosto de 2014, aplicando-se supletivamente as disposições da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas atinentes à matéria, bem como pelas condições estabelecidas no presente edital.

1.4. A abertura dos envelopes e a sessão de lances ocorrerão em sessão pública na Sala de Reuniões da Prefeitura de Guaranésia, localizada no Centro Administrativo Prefeito José Cristóvão Ramos, na Rua Santa Bárbara, nº.84 no Centro em Guaranésia/MG, no dia **30 de agosto de 2022, às 9 horas. Os envelopes deverão ser protocolados na Divisão de Licitação, Compras e Material, até as 09h do dia 30/08/2022.**

**Fica desde já estabelecido que o Município não se responsabiliza pelos envelopes (Proposta e Habilitação), enviados pelo correio.**

1.4.1. Na hipótese de não haver expediente da Administração Municipal na data supra descrita ou ocorrer fato superveniente que impeça a realização da sessão, fica esta, desde já, adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

1.5. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira da Prefeitura de Guaranésia e sua Equipe de Apoio. Os interessados deverão observar a data e horário fixado, sob pena de preclusão do direito de participar. A Pregoeira e a Equipe de Apoio não se responsabilizam por envelopes endereçados via postal ou por outras formas que não seja a entrega pessoal.

1.6. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante: Anexo I – Termo de Referência; Anexo II – Modelo Apresentação de Proposta; Anexo III – Modelo de Credenciamento; Anexo IV – Modelo Declaração que não emprega menor; Anexo V – Modelo de Declaração de cumprimento aos requisitos do edital; Anexo VI – Modelo de Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte ou MEI; Anexo VII – Modelo de Superveniência; Anexo VIII – Minuta do contrato; Anexo IX – Declaração de que no quadro da empresa não há funcionário público do Município de Guaranésia.

## 2 – OBJETO:

2.1 - Constitui objeto da presente licitação a **prestação de serviços de Segurança Eletrônica através do monitoramento de Sistemas de Alarme com transmissão de sinais Wirelles, GSM (GPRS/SMS) e linha discada, CFTV Digital e ronda eletrônica monitorada Online, para atender às Secretarias Municipais** conforme especificações constantes no Anexo I, parte integrante do presente edital.

## 3 - CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste edital e que apresentem a documentação solicitada no local, dia e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital.

3.2. Os documentos apresentados deverão ser originais, podendo ser substituídos:

a) por cópia autenticada em cartório competente;

b) por publicação em órgão de imprensa oficial;

c) por cópia acompanhada do original para autenticação na sessão.

3.3. Somente serão aceitos documentos em vigor ou, quando não declarada a validade pelo emitente, aqueles expedidos há no máximo 90 (noventa) dias contados da data de recebimento dos envelopes.

3.4. A exigibilidade de documentos já apresentados poderá ser dispensada caso estes já tenham sido apresentados em fase anterior.

3.5. Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal bem como os interessados que se enquadrarem em qualquer das hipóteses previstas no Art. 9º da Lei nº. 8.666/93.

3.6 – A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3.7 - A observância das vedações deste item 3 e seus subitens é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

**4 – CREDENCIAMENTO - *OS DOCUMENTOS SOLICITADOS NESTE ITEM 4 DEVERÃO SER APRESENTADOS FORA DOS ENVELOPES. A PROPOSTA DE PREÇO E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVEM SER APRESENTADOS JÁ AUTENTICADOS OU ACOMPANHADOS DOS ORIGINAIS PARA AUTENTICAÇÃO NA SESSÃO.***

4.1. Na sessão pública para recebimento da documentação de habilitação e das propostas comerciais, o proponente ou seu representante deverá se credenciar para representar a licitante no certame apresentando cópia dos seguintes documentos, fora dos envelopes, autenticados ou acompanhados dos originais para autenticação:

4.1.1. O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular (modelo no Anexo III) de mandato, com firma reconhecida, ou documento que comprove os

necessários poderes para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

4.1.1.1 No caso de credenciamento por instrumento particular de mandato, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia autenticada ou acompanhada dos originais para autenticação, do respectivo estatuto ou contrato social e da última alteração estatutária ou contratual, **OU** cópia de documento oficial com foto (RG ou CNH) no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.1.2. Documento de identidade com foto do credenciado;

4.1.3. Comprovante de inscrição do CNPJ expedido pela Receita Federal do Brasil;

4.1.4. Ato Constitutivo, Estatuto, Contrato Social e suas alterações ou Contrato Consolidado, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

4.1.4.1. Caso o pretenso credenciado seja sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa licitante, a carta de credenciamento ou a procuração pública exigida poderão ser substituídas pela apresentação do Contrato Social e de todas as suas alterações posteriores, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.1.5. Declaração de cumprimento aos requisitos do edital nos moldes do Anexo V;

4.1.6. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

4.1.7. Uma vez credenciados, os interessados entregarão os envelopes “Documentação de Habilitação” e “Proposta Comercial” que deverão ser rubricados pelos representantes da licitante, devidamente lacrados e apresentados a Pregoeira.

4.1.8. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes ou profissionais autônomos a Pregoeira declarará aberta a sessão do Pregão, doravante não se admitindo novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

**4.2 – MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

4.2.1. Para fins de concessão de tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, instituído pela Lei Complementar nº.

123/2006, em especial quanto ao art. 3º e pela Lei Complementar nº. 147/2014, as licitantes deverão apresentar na fase de credenciamento, além dos documentos acima arrolados, o que segue:

4.2.1.1. DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE OS REQUISITOS LEGAIS PARA A QUALIFICAÇÃO COMO MICROEMPRESA; EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MEI, se for o caso, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V – Seção Única, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 (modelo no Anexo VI), não sendo admitidas em tais categorias a licitante que deixar de apresentar a sobredita declaração **JUNTAMENTE** com a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, de inscrição "ME ou EPP", ou Consulta do Simples Nacional se for optante pelo mesmo, ambas expedidas nos últimos 30 (trinta) dias, sob pena de não participação.

**5 - ENTREGA DOS ENVELOPES**

5.1. A apresentação dos envelopes para participação na licitação será considerada como evidência de que a empresa examinou completamente o edital e todos os seus anexos, que os comparou entre si, que obteve da Prefeitura de Guaranésia/MG todas as informações satisfatórias sobre quaisquer pontos duvidosos e que considera que o edital desta licitação e seus anexos lhe permitiram preparar a proposta de maneira completa e totalmente satisfatória.

5.1.1 - Os envelopes "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, devidamente fechados e protocolados na Divisão Municipal de Licitação, Compras e Material, até as 09h do dia 30/08/2022. Após este horário não será aceito mais o recebimento dos referidos envelopes.

Os envelopes "Proposta Comercial" e "Documento de Habilitação" serão abertos em sessão pública, conforme abaixo estabelecido:

**LOCAL: CENTRO ADMINISTRATIVO PREFEITO JOSÉ CRISTÓVÃO RAMOS**
**RUA SANTA BÁRBARA, Nº. 84 - CENTRO – GUARANÉSIA/MG**
**DATA: 30 DE AGOSTO DE 2022**
**HORÁRIO: 9H**

5.1.2 - Os envelopes deverão indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

| |
|---|
| **ENVELOPE N º 1 – PROPOSTA COMERCIAL**<br>A/C PREFEITURA DE GUARANÉSIA-MG.<br>PREGÃO PRESENCIAL Nº. 116/2022<br>PROPONENTE: _____ |

| |
|---|
| **ENVELOPE N º 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**<br>A/C PREFEITURA DE GUARANÉSIA-MG.<br>PREGÃO PRESENCIAL Nº. 116/2022<br>PROPONENTE: _____ |

**6 - PROPOSTAS COMERCIAIS**

6.1. As propostas comerciais deverão ser datilografadas ou impressas, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, **e preferencialmente em arquivo digital conforme disponibilizado no site www.prefguaranesia.mg.gov.br no Link Licitação → Editais**, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões a direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, observado o modelo constante do Anexo II, deste edital e, deverão conter:

6.1.1**.** Nome, número do CNPJ, endereço, e-mail, outros meios de comunicação à distância da licitante e **dados bancários**;

6.1.2. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;

6.1.3. Declaração de que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação;

6.2. As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas um preço e uma marca (quando for o caso)

para cada item do objeto desta licitação. Os valores ofertados deverão conter apenas 02 (dois) dígitos após a vírgula.

6.3. Condições de Pagamento, conforme estabelecido neste Edital.

## 7 – HABILITAÇÃO

### 7.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.1 - Ato Constitutivo, Estatuto, Contrato Social e suas alterações ou Contrato Consolidado, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

7.1.2 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

### 7.2 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO

7.2.1 - Certidão negativa de pedido de falência e concordata (cópia autenticada ou à vista do original).

7.2.2 - Comprovação de registro da pessoa física licitante junto ao CFT - Conselho Federal dos Técnicos Industriais, dentro do seu prazo de validade.

7.2.3 - Comprovação de que a empresa possui em seu quadro funcional, no mínimo 1 (um) profissional (técnico em eletrônica).

7.2.4 Atestado de capacidade técnica, ou certidão, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da licitante para desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, devendo o mesmo constar os serviços de vendas, locação de sistemas de Alarme com transmissão de dados via GPRS/SMS e linha discada, CFTV digital e sistema de Ronda Eletrônica Monitorada “online”.

7.2.5. Comprovação que o(s) responsável (is) técnico(s), detentor (es) do(s) atestado(s) acima, pertence(m) ao quadro da empresa, através da apresentação de 01 (um) dos documentos relacionados a seguir:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

b) Contrato de Prestação de Serviços, em vigor.

c) Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita através de apresentação do Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

7.2.6. Declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, de que possui instalações, aparelhamento técnico conforme descrito no termo de referência, equipe operacional e pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação.

7.2.7. Declaração de que os operadores apresentados no item anterior são habilitados e certificados pelo fabricante ou distribuidor do software de monitoramento.

**OBS 1**: A contratada deverá prestar os serviços tanto no Município de Guaranésia como também no Distrito de Santa Cruz do Prata.

**OBS 2**: O sistema deverá integrar com o sistema de monitoramento da Policia Militar de Guaranésia, que fará parte com proteção municipal.

**7.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

7.3.1 – Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos perante os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União Junto à Receita Federal do Brasil e Contribuições Sociais;

7.3.2 - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos perante o FGTS;

7.3.3 – Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos perante à Fazenda Estadual;

7.3.4 – Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos perante à Fazenda do Município do licitante (débitos tanto mobiliários quanto imobiliários ou equivalente);

7.3.5 - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas (CNDT), emitida pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho).

**7.4 – DECLARAÇÕES**

7.4.1. Além dos documentos já especificados, o licitante também deverá apresentar no interior do Envelope 02 (Habilitação) as seguintes declarações:

7.4.2. Declaração para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999 (modelo no Anexo IV);

7.4.3. Declaração de que no quadro da empresa não há funcionário público da Prefeitura de Guaranésia (modelo no Anexo IX);

7.4.4. Declaração de superveniência (modelo no Anexo VII).

**7.5 - MICRO-EMPRESA**

7.5.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.5.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.5.2.1 A declaração do vencedor de que trata a alínea 7.5.2, acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a formalização do contrato.

7.5.3. A prorrogação do prazo previsto no Item 7.5.2. deverá sempre ser concedida pela administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação, prazo insuficiente para o empenho ou relevante interesse público, devidamente justificados;

7.5.4. A não-regularização da documentação no prazo previsto no Item 7.5.2. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação**.**

**OBSERVAÇÕES:**

**OBS 1:** Sob pena de **inabilitação,** todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

1 - SE o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**;

2 - SE o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;
3 - SE o licitante for **matriz**, e o **executor** do contrato for **filial**, deverão ser apresentados tanto os documentos da **matriz** quanto os da **filial**;
4 - Serão dispensados da licitante **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

**OBS 2:** SERÃO ACEITOS DOCUMENTOS QUE EXPRESSEM SUA VALIDADE, DESDE QUE EM VIGOR. QUANDO NÃO DECLARADA SUA VALIDADE PELO EMITENTE, SERÃO ACEITOS DOCUMENTOS EXPEDIDOS HÁ, NO MÁXIMO, **90 (NOVENTA) DIAS** DA DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES.

**OBS 3:** NO DIA DA ABERTURA DOS ENVELOPES, A DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À REGULARIDADE FISCAL (CERTIDÕES NEGATIVAS) DAS EMPRESAS QUE NÃO SE ENQUADREM COMO ME, EPP ou MEI DEVERÁ ESTAR NO PRAZO DE VALIDADE.

**OBS 4:** OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO PODERÃO SER APRESENTADOS EM ORIGINAL, POR QUALQUER PROCESSO DE CÓPIA AUTENTICADA POR CARTÓRIO COMPETENTE OU POR SERVIDOR DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE GUARANÉSIA (MG) OU PUBLICAÇÃO EM ÓRGÃO DA IMPRENSA OFICIAL.

**OBS 5:** CASO ALGUM DOCUMENTO QUE SEJA EXIGIDO EM UMA FASE POSTERIOR, JÁ TENHA SIDO EXIGIDO E APRESENTADO EM UMA FASE ANTERIOR, TORNA-SE DESNECESSÁRIA A REAPRESENTAÇÃO DESSE DOCUMENTO.

**8 - SESSÃO DO PREGÃO**

8.1 - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, a Pregoeira declarará aberta a sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao

recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

**8.2 - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**

8.2.1 –Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, a Pregoeira verificará a conformidade destas com os requisitos formais e materiais do edital e o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

8.2.2 – Dentre as propostas aceitas, a Pregoeira classificará em primeiro lugar a proposta de menor preço (conforme expresso no Anexo I) e as demais que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

8.2.3 – Se não houver, no mínimo 3 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas apresentadas.

**8.3 - LANCES VERBAIS**

8.3.1. Aos licitantes classificados na forma do item 8.2, será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.

8.3.2. Se duas ou mais propostas escritas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances.

8.3.3.Não será permitido o uso de aparelhos telefônicos e similares durante os lances verbais, devendo os representantes credenciados estarem aptos aos lances. Porém, para negociação final, o representante da empresa ou do profissional autônomo que estiver com o menor valor no item poderá contatar-se com a empresa/profissional autônomo, para sua última proposta.

**8.4 – JULGAMENTO**

8.4.1 **-** O critério de julgamento será o de **Menor Valor Global.**

8.4.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.4.2.1 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

8.4.2.2 - Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

8.4.3 - Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

8.4.4 – Constatado o atendimento pleno às exigências deste edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

8.4.5 - Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender ás exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, pela ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

8.4.6 - Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, a Pregoeira deverá negociar para que seja obtido um melhor preço.

8.5 - Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.

8.6 - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, a Pregoeira devolverá, aos licitantes que tiverem suas propostas desclassificadas em todos os itens, os envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

**9 – RECURSOS**

9.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual

número de dias, que começarão a correr contados a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1. A Pregoeira poderá, no ato de interposição do recurso, exercer juízo de admissibilidade, recebendo ou não o apelo, motivadamente.

9.2 - O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

9.4 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

9.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6 - O resultado do recurso será divulgado mediante correio eletrônico aos licitantes interessados e no Portal da Prefeitura de Guaranésia.

## 10 - ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 - Inexistindo interposição de recurso, a Pregoeira adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, e encaminhará o processo respectivo para homologação do resultado pela Autoridade Competente.

10.2 – Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente procederá à adjudicação e homologação e determinará a contratação.

## 11 – DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

11.1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da proposta vencedora será convocado para firmar contrato ou retirar instrumento equivalente.

11.1.1 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do contrato/documento equivalente, ou recuse-se a assiná-lo, ou retirá-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato/documento equivalente.

11.2 – O representante legal da empresa vencedora deverá assinar o contrato, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação para tal, através de contato telefônico ou por correio eletrônico (e-mail).

11.2.1 – A assinatura do contrato implica no compromisso assumido pela empresa vencedora de entrega dos produtos /prestação dos serviços licitados.

**12 – PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

12.1 – O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias do mês subsequente a prestação dos serviços, acompanhados dos respectivos documentos fiscais (juntamente com as certidões atualizadas de regularidade fiscal e trabalhista), já deduzido o valor referente ao ISSQN, quando este seja devido no Município de Guaranésia, além do valor referente aos demais tributos incidentes (Contribuições Sociais, IR, etc.) quando a lei determine a retenção. Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a documentação necessária:

12.1.1 - Atestado de recebimento dos serviços emitido pelas secretarias solicitantes.

12.1.2 - Primeira via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal – Fatura

12.2 - O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente ou na Secretaria de Finanças, a critério desta.

12.2.1 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento passará a contar da entrega das notas fiscais/faturas válidas.

12.2.2 - As despesas decorrentes da presente licitação serão custeadas pelas dotações orçamentárias:

| Ficha | Elemento/Dotação |
|---|---|
| 68 – Manutenção Atividades Secretaria Municipal Administração - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.20.01.04.122.0052.2.205<br>3.3.90.39.99 |
| 85 – Manutenção Atividades Do Paço Municipal – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.20.01.04.122.0052.2.240<br>3.3.90.39.99 |

| | |
|---|---|
| 237 – Manutenção Atividades Administração Secretaria Municipal Obras – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.40.01.04.122.0052.2.210<br>3.3.90.39.99 |
| 204 – Manutenção Atividades Serviços Funerários – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.40.01.15.452.0505.2.032<br>3.3.90.39.99 |
| 396 – Manutenção Atividades do Telecentro - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.60.01.12.122.0052.2.168<br>3.3.90.39.99 |
| 408 – Manutenção Atividades Adm. Geral Sec. Municipal Educação - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.60.01.12.122.0052.2.215<br>3.3.90.39.99 |
| 353 – Manutenção Atividades Do Ensino Fundamental – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.60.01.12.361.0403.2.047<br>3.3.90.39.99 |
| 386 – Manutenção Atividades Ensino Infantil – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.60.01.12.365.0401.2.056<br>3.3.90.39.99 |
| 441 – Manutenção Atividades Divisão Cultura E Turismo – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.70.01.13.392.0471.2.061<br>3.3.90.39.99 |
| 483 – Manutenção Atividades Da Divisão De Esporte E Lazer – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.70.01.27.813.0720.2.219<br>3.3.90.39.99 |
| 513 – Manutenção Atividades Administração Secretaria Municipal De Saúde – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.90.01.10.122.0052.2.070<br>3.3.90.39.99 |
| 532 – Manutenção Atividades Da Atenção Básica – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.90.02.10.301.0203.2.183<br>3.3.90.39.99 |
| 533 – Manutenção Atividades Da Atenção Básica – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.90.02.10.301.0203.2.183<br>3.3.90.39.99 |
| 552 – Manutenção Atividades Média E Alta Complexidade - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.90.03.10.302.0210.2.186<br>3.3.90.39.99 |
| 580 - Manutenção Atividades Vigilância Epidemiológica - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.90.05.10.305.0245.2.188<br>3.3.90.39.99 |
| 582 - Manutenção Atividades Vigilância Epidemiológica - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.90.05.10.305.0245.2.188<br>3.3.90.39.99 |
| 597 - Manutenção Atividades Secretaria Municipal Desenvolvimento Social - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.91.01.08.122.0052.2.086<br>3.3.90.39.99 |
| 632 - Manutenção Atividades Do CRAS / Assistência Social - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.91.02.08.122.0052.2.089<br>3.3.90.39.99 |
| 669 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.91.03.08.243.0011.2.177<br>3.3.90.39.99 |

## 13 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela Divisão de Licitação, Compras e Material, bem como o atraso e a inexecução, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções pela CONTRATANTE:

a) advertência, que será aplicada sempre por escrito;

b) suspensão temporária do direito de licitar com a Prefeitura Municipal;

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, pelo prazo não superior a 05 (cinco) anos.

d) multa de 10% (dez por cento) sobre o montante do contrato, em favor da CONTRATANTE.

13.2 - A multa poderá ser aplicada, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, no caso de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato/documento equivalente ou deste edital, e, em especial, nos seguintes casos:

a) recusa de prestar o objeto;

b) prestação do objeto em desacordo com as especificações.

13.3 - As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, de acordo com a gravidade da infração.

13.4 - A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também, aplicada àqueles que:

a) Retardarem a execução do pregão;

b) Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

c) Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

13.5 - Na hipótese de multas, a CONTRATADA inadimplente será notificada para recolher aos cofres da CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias, a importância das penalidades impostas. No caso de ser mantida a solicitação, será facultado à CONTRATANTE o recolhimento das multas por ocasião do pagamento, através de desconto e compensação no preço.

13.6 - As sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa dependendo da gravidade do fato, conforme § 2º do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.7 – A aplicação da pena de advertência caberá ao gestor do Contrato e quanto às demais penalidades serão de competência da Secretaria contratante.

13.8 - Para aplicação das penalidades descritas acima será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado o direito de defesa prévia a fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto no inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

13.9 - O prazo para a apresentação de defesa prévia quanto às penalidades de advertência, multa e suspensão temporária do direito de licitar será de 5 (cinco) dias úteis e para a declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Municipal será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo, de acordo com o que preconiza os parágrafos 2º e 3º, ambos do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.10 - As ocorrências relacionadas às contratações serão anotadas pelo representante da Administração, nos moldes do art. 67, § 1º da Lei 8.666/93.

**14 - EXTENSÃO DAS PENALIDADES**

14.1 - A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também, aplicada àqueles que:

14.2 - Retardarem a execução do pregão;

14.3 - Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

14.4 - Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

**15 – DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS.**

15.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão protocolada na Divisão de Patrimônio, Protocolos e Arquivos Gerais, localizada no Centro Administrativo Prefeito José Cristóvão Ramos, na Rua Santa Bárbara, nº. 84, no Centro em Guaranésia/MG das 10h às 16h ou através do endereço eletrônico licitacao@prefguaranesia.mg.gov.br, tendo o consulente a responsabilidade de entrar em contato com a Divisão de Licitação para confirmar o recebimento do e-mail.

15.2. A Pregoeira, com base em parecer dos setores responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus anexos, bem como de outros setores técnicos da Administração, decidirá sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas anteriores à data fixada como limite para o recebimento das propostas.

15.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, caso seja necessário, será designada nova data para a realização do certame.

15.4. Os pedidos de esclarecimentos, que não configurem impugnação, poderão ser enviados à Pregoeira até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico

licitacao@prefguaranesia.mg.gov.br, tendo o consulente a responsabilidade de entrar em contato com a Divisão de Licitação para confirmar o recebimento do e-mail.

15.5. Não serão consideradas as impugnações e os pedidos de esclarecimentos encaminhados por outros meios a não ser os listados aqui.

15.6. Todas as respostas referentes às impugnações e/ou aos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizadas exclusivamente no site www.prefguaranesia.mg.gov.br no Link Licitação, cabendo aos licitantes a responsabilidade de acompanhar as respostas e respectivos encaminhamentos nesses canais indicados.

15.7. Não cabe à Pregoeira qualquer responsabilidade por quaisquer desconhecimentos, por parte dos licitantes, decorrentes do não acompanhamento das informações prestadas no site acima mencionado.

15.8. Serão imediatamente descartados pedidos de esclarecimentos que intencionem análise prévia de documentações ou descrições de modelos de produtos que o licitante almeja apresentar e/ou ofertar para a disputa do certame licitatório, haja vista que todas as análises serão efetuadas estritamente em momento oportuno, conforme o estabelecido no instrumento convocatório e de acordo com o princípio do julgamento objetivo.

15.9. A pregoeira não encaminhará respostas a impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos ao endereço eletrônico do requerente, com vistas a promover a ampla transparência a todos que tenham interesse no acesso a informações relativas aos certames licitatórios. As respostas serão disponibilizadas nos sítios indicados no item 15.6.

15.10. É indispensável que, previamente ao envio de quaisquer pedidos de esclarecimentos, o licitante consolide uma leitura plena e atenta do Edital e de seus Anexos, de modo que possa dirimir eventuais dúvidas ou, caso necessário, possa formulá-las e encaminhá-las de maneira conjunta.

**16 - DISPOSIÇÕES GERAIS**.

16.1 - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

16.2 - Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

16.3 - É facultado à Pregoeira ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

16.4 - É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após a abertura da sessão do pregão, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

16.5 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

16.6 – A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.7 - Se, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá à Administração proceder à revisão dos mesmos ou instaurar novo procedimento licitatório, caso em que, obtendo preços inferiores, procederá à rescisão da Ata anterior.

16.8 - A(s) EMPRESA(s) detentora(s) da (s) Ata(s) de Registro de Preços e/ou Compras deverá(ão) comunicar à Divisão de Licitação, Compras e Material, toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

Guaranésia, 12 de agosto de 2022

***Bruna Aparecida da Silva***
***Encarregada de Editais e Publicações dos Processos Licitatórios***

***Luís Jose Pereira***
***Secretário Municipal de Administração***

GUARANÉSIA
PREFEITURA DA CIDADE

**DECLARAÇÃO DE RETIRADA DO EDITAL**

**D E C L A R O**, para os devidos fins e efeitos de direito que recebi o edital e demais anexos, referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº. 116/2022, cujo objeto é **prestação de serviços de Segurança Eletrônica através do monitoramento de Sistemas de Alarme com transmissão de sinais Wirelles, GSM (GPRS/SMS) e linha discada, CFTV Digital e ronda eletrônica monitorada Online, para atender às Secretarias Municipais**, nos requisitos do Anexo I do edital.

A entrega dos envelopes se dará até às **09h do dia 30/08/2022, devendo ser protocolado na Divisão de Patrimônio, Protocolo e Serviços Gerais,** e a abertura será às **9 horas**, do dia **30 de agosto de 2022**, na sede da Prefeitura Municipal de Guaranésia/MG, na Divisão de Licitação, Compras e Material.

Por ser verdade, firmo a presente.

..... de ..... de .....

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: _____
CNPJ:_____
ENDEREÇO DA EMPRESA _____
NOME COMPLETO DO REQUERENTE _____
CPF ou RG Nº DO REQUERENTE_____
TELEFONE: (_____) _____ WHATSAPP: (_____) _____
E-mail: _____

Sr. Licitante,

Visando a comunicação futura entre a Prefeitura de Guaranésia e essa empresa, solicito que V.S. preencha o recibo de retirada do edital e remeta a Prefeitura de Guaranésia, por meio de e-mail, conforme abaixo:

**Enviar para o e-mail: licitacao@prefguaranesia.mg.gov.br**

A não remessa do recibo, ou o recibo preenchido incorretamente, impedirá a Prefeitura de Guaranésia de comunicar diretamente as empresas, eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, e de quaisquer informações adicionais.

GUARANÉSIA
PREFEITURA DA CIDADE

| ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA | | |
|---|---|---|
| **Pregão nº: 116/2022** | **Unidade Requisitante: Secretarias Municipais** | **Data da Abertura: 30 de agosto de 2022 – 9h** |
| **OBJETO: Prestação de serviços de Segurança Eletrônica através do monitoramento de Sistemas de Alarme com transmissão de sinais Wirelles, GSM (GPRS/SMS) e linha discada, CFTV Digital e ronda eletrônica monitorada Online, para atender às Secretarias Municipais** | | |

| Item | Especificação | Valor mensal R$ |
|---|---|---|
| 01 | **Prestação de serviços de Segurança Eletrônica através do monitoramento de Sistemas de Alarme com transmissão de sinais Wirelles, GSM (GPRS/SMS) e linha discada, CFTV Digital e ronda eletrônica monitorada Online, para atender às Secretarias Municipais**<br><br>**Monitoramento de todos os 42 (quarenta e dois) pontos discriminados.** | 7.350,00 |

| Ponto | Local | Unid. | Preço mensal |
|---|---|---|---|
| 1 | Câmera Cemitério Santa Cruz da Prata | Santa Cruz da Prata | 175,00 |
| 2 | Câmera Entrada/Saída Santa Cruz da Prata – Guaranésia | Santa Cruz da Prata | 175,00 |
| 3 | Câmera Entrada/Saída Santa Cruz da Prata – Guaxupé | Santa Cruz da Prata | 175,00 |
| 4 | Câmera Praça José Gabriel Pinheiro Santa Cruz da Prata | Santa Cruz da Prata | 175,00 |
| 5 | Centro Administrativo Prefeito José Cristóvão Ramos | Rua Santa Bárbara, 84 – Centro | 175,00 |
| 6 | Centro Cultural Fernandina Tavares Paes | Praça Coronel Paula Ribeiro, 40 – Centro | 175,00 |
| 7 | Centro de Educação Infantil Tereza Cristina – CEMEI | Avenida Francisco Pinheiro, 281 - COHAB IV | 175,00 |
| 8 | Centro de Psicologia | Avenida Deputado Humberto de Almeida n° 459 – Bom Jesus | 175,00 |
| 9 | Centro de Treinamento e Capacitação | João Magalhães Mafra, 618 – Vila Nunes | 175,00 |
| 10 | Complexo de Saúde | Praça Rui Barbosa, 40 – Centro | 175,00 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 11 | Complexo Estação Rodoviário – Casa da Memória | Rua José Teixeira de Moraes, sem número – Vila Nunes | 175,00 |
| 12 | Conselho Tutelar | Rua Alberto José Alves, 283- Centro | 175,00 |
| 13 | Cozinha Comunitária | Rua Cardeal Carmelo, 1301 – Centro | 175,00 |
| 14 | CRAS – Centro de Referencial de Assistência Social | Rua Major Francisco Dias, 349 – Centro | 175,00 |
| 15 | Creche Clarinda de Jesus Ferreira | Rua Nicolau Ciuffi, 91 - COHAB II | 175,00 |
| 16 | Creche Eunice Silva | Rua Dr. Ary Monteiro Dias, 85 – Bom Jesus | 175,00 |
| 17 | Escola Municipal Dom Inácio João Dal Monte | Rua Alberto José Alves, 285 – Centro | 175,00 |
| 18 | Escola Municipal Olavo Vilas Boas | Rua Bartolomeu Lauria, 60 – Pássaro da Ilha | 175,00 |
| 19 | Fisioterapia – APAE | Rua Vereador Roque Delorenzo, - Pássaro da Ilha | 175,00 |
| 20 | Paço Municipal | Praça Dona Sinhá, 295 – Centro | 175,00 |
| 21 | Pátio de Obras | Rua Paschoal Romanelli, 385 – Várzea | 175,00 |
| 22 | Poli Esportivo de Guaranésia | Rua Dr. Ary Monteiro Dias, sem número – Jardim Renovação | 175,00 |
| 23 | Poli Esportivo Santa Cruz da Prata | Praça Eugenio Moreira da Silva Pedroso, sem número – Santa Cruz da Prata | 175,00 |
| 24 | Praça de Esportes e Lazer Juscemar Tadeu de Souza | Major Urias, sem número – Centro | 175,00 |
| 25 | Pronto Atendimento Municipal | Rua Dona Maria José, 379 – Centro | 175,00 |
| 26 | PSF Bom Jesus | Avenida Deputado Humberto de Almeida, 619, Bom Jesus | 175,00 |
| 27 | PSF Centro | Rua Major Urias, 220 – Centro | 175,00 |
| 28 | PSF Prata | Rua Antônio Batista da Silva, 115 | 175,00 |
| 29 | PSF Renovação | Rua Ângelo Panissa, 300 – Jardim Renovação | 175,00 |
| 30 | PSF Renovação II | Rua Elziro de Brito, s/n – Jardim Renovação II | 175,00 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 31 | PSF Rural | Rua Júlio Tavares, 1232 – Centro | 175,00 |
| 32 | PSF Vila Nunes | Rua Acácio Pereira Dias, 459 – Vila Nunes | 175,00 |
| 33 | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social | Rua Major Urias, 505 – Centro | 175,00 |
| 34 | Telecentro Pássaro da Ilha | Ângelo Panissa, 73 – Pássaro da Ilha | 175,00 |
| 35 | Telecentro Santa Cruz da Prata | Braz Rodrigo de Lima, 223 – Centro – Santa Cruz da Prata | 175,00 |
| 36 | Terminal Rodoviário | Rua Major Urias, 950 – Centro | 175,00 |
| 37 | Velório Municipal | Praça da Bíblia, sem número – Pássaro da Ilha | 175,00 |
| 38 | Farmácia Básica de Santa Cruz da Prata | Rua Antônio Batista da Silva, 115 | 175,00 |
| 39 | CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Dr. João Luiz de Moraes | Rua Júlio Tavares, 711 – Centro | 175,00 |
| 40 | CRAS – Santa Cruz da Prata | Rua Francisco de Assis e Silva n°1033 - Santa Cruz da Prata | 175,00 |
| 41 | CEMEI Professora Elizabeth Cristina Damas Medeiros | Rua Joaquim Egídio dos Reis, Bairro 25 de Dezembro | 175,00 |
| 42 | CEMEI Professora Carolina de Paula Pereira | Rua Avelino Domingos Alves n°202 Bairro Pássaro da Ilha II Distrito de Santa Cruz da Prata | 175,00 |

**JUSTIFICATIVA:** A presente licitação tem por objetivo assegurar a necessária segurança patrimonial de todas as unidades descentralizadas por meio da segurança eletrônica (sistemas de alarme e circuito fechado de televisão), modalidade esta considerada satisfatória e de baixo custo. Com a implantação do sistema, os seguintes benefícios podem ser considerados:

• Aspecto da segurança do ambiente monitorado. Quanto a este aspecto, é inegável que, a existência por si só de um sistema de CFTV, assim como de alarmes, já desencoraja possíveis tentativas de violação da segurança do local e, via de regra, encoraja a que servidores e prestadores de serviço que circulam pelo ambiente passem a observar com mais rigor as regras e padrões de segurança definidos para cada local e, ainda;

• Permite visualizar, monitorar e gravar imagens de diversos ambientes simultaneamente;

• Impõe o fator psicológico de dissuasão, pois o agente invasor sabe que está sendo vigiado e suas imagens armazenadas;

• Inibe a ação de invasores, depredadores e pessoas mal intencionadas;

• Facilita o trabalho de pronta resposta (polícia e vigilância particular), fornecendo pormenores do incidente ou violação da segurança que esteja ocorrendo no local monitorado;

• Auxilia sobremaneira no controle de acesso de pessoas e objetos no recinto controlado;

• Torna mais eficiente o monitoramento e fiscalização dos procedimentos de segurança praticados por funcionários e prestadores de serviços.

**OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**:

Serão de responsabilidade da licitante vencedora:

a) Proceder a fiscalização da manutenção preventiva e caso verifique a corretiva dos equipamentos instalados em cada ponto, para perfeito funcionamento dos mesmos.

a1) A fiscalização consiste em elaborar laudos e/ou relatórios sobre o defeito ou problema apresentado pelos equipamentos com a possível solução e enviá-los no menor prazo de tempo possível para a Contratante, para que a mesma providencie o reparo.

b) A Contratada deverá manter o Município permanentemente informado sobre o cadastro geral do pessoal que realizará o apoio tático móvel.

c) Quaisquer danos causados pela Contratada às instalações prediais (paredes, forros, instalações elétricas ou hidrossanitárias, dentre outras), deverão ser reparados pela mesma, sem ônus para a Contratante.

d) Todos os materiais/equipamentos a serem aplicados/instalados durante a substituição/manutenção dos equipamentos deverão ser supervisionados pela contratada para evitar interrupções durante o monitoramento e funcionamento do sistema.

e) A Contratada será responsável por eventuais reinstalações dos equipamentos, independentemente da motivação.

f) Disponibilizar pessoal habilitado e treinado para o serviço de monitoramento, prestando todas as informações em tempo e qualidade necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos;

g) Elaborar, sempre que solicitado pela Contratante, relatórios gerenciais e/ou técnicos referentes aos serviços prestados, os quais deverão ser entregues no prazo máximo de cinco dias úteis a contar da solicitação pela Fiscalização.

h) Manter, durante toda a execução do serviço, a capacidade técnica e a aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto contratado.

i) Dar ciência, imediatamente, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos séricos, bem como prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante. Assumir inteira e total responsabilidade técnica pela execução dos serviços, bem como responsabilizar por quaisquer despesas com viagem, estadia e alimentação de seus profissionais, quando necessárias para a execução dos serviços.

j) Responder pelas despesas relativas a encargos, seguros, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados. Arcar com todas as providencias e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus funcionários no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante.

k) Garantir a fixação em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia, do Quartel Militar, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse e indicados para o melhor desempenho das atividades afins. Manter disponível para o Operador de Monitoramento os procedimentos e manuais necessários ao seu trabalho, complementarmente ao treinamento e reciclagem permanentes. Colaborar com as autoridades policiais dentro das instalações da Contratante, facilitando, no possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.

l) Executar os trabalhos de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos – quer humanos quer materiais – com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da Contratante. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução.

m) A Contratada afixará no imóvel adesivo para identificar que as unidades estão sendo monitoradas 24 (vinte e quatro) horas pela empresa de segurança eletrônica, de forma a inibir possível ação lesiva ao patrimônio da Contratante ou para identificação em caso eventual ronda diária.

n) Prover todos os recursos humanos necessários para garantir à prestação dos serviços, nos regimes contratados, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

**OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta

a) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providencias cabíveis;

b) Notificar a Contratada por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

c) Pagar à Contratada o valor resultante da prestação de serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

d) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal fornecida pela Contratada.

**FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**:

Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

1- Monitoramento eletrônico remoto 24 (vinte e quatro) horas de dependências das Unidades Locais relacionadas da Prefeitura Municipal de Guaranésia, com acionamento de alarme local e em central da Contratada, através de vídeo monitoramento online, linha telefônica, internet e/ou GPRS fornecida pela Contratada;

2- O sistema funciona com equipamentos e dispositivos eletrônicos instalados no local monitorado. Estando o sistema armado e conectado, sempre que houver tentativa de invasão ou arrombamento, o alarme será ativado e conectado automaticamente, através da linha telefônica à central de monitoramento da Contratada, que enviará patrulhamento ao local, tomando as providências cabíveis.

3- Os chamados relativos a problemas técnicos deverão ser atendidos em até 04 (quatro) horas após a comunicação e solucionados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4- Em caso de acionamento do Alarme Monitorado, cabe à Contratada o envio de pessoal qualificado ao local para verificação da situação e se necessário o acionamento da Polícia Militar e representante da Prefeitura. **O tempo de atendimento ao local não poderá exceder a 15 (quinze) minutos.**

5- Após determinada hora (a ser combinada com o responsável por cada unidade), caso o alarme não tenha sido acionado, entrar em contato com o responsável para comunicar o fato e, caso necessário, ativar o alarme à distância.

6- O monitoramento das imagens das câmeras será de responsabilidade da Contratada, cabendo a Contratante a responsabilidade pelo fornecimento da internet de boa qualidade nos pontos a serem monitorados, para monitoramento online. Todos os equipamentos, monitores e/ou computadores necessários para o vídeo-monitoramento ficaram a cargo da contratada.

VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, prorrogável de acordo com a legislação vigente, caso haja interesse da Contratante.

**Sistema de Pronto-Atendimento:**

1) A contratada deverá manter no Município de Guaranésia, 01 (uma) central de operação de deslocamento em local estratégico, (dentro da cidade) com pelo menos 01(um) veículo disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias da semana, para atendimento das respectivas chamadas, sendo realizada pela contratada, ronda *in loco* no período compreendido entre as 23h00min e 05h00min.

2) A central de operação deverá dispor de um veículo motor devidamente abastecido, pela contratada, provido de telefone celular, com profissional devidamente habilitado e treinado, pronto para rápidos deslocamentos e providências cabíveis a eventuais chamadas simultâneas de alarmes ou outras ocorrências com capacidade de chegar ao local do evento em, no máximo, 15 (quinze) minutos em áreas urbanas, e no Distrito de Santa Cruz do Prata o atendimento deverá ser efetuado em no máximo em 30 (trinta) minutos.

3) Este veículo deverá permanecer em plantão 24 (vinte e quatro) horas, de domingo a domingo, inclusive fins de semana e feriados, ponto facultativos, etc.

4) Para um efetivo funcionamento da fiscalização deverá ser instalado pela contratada pontos de ronda eletrônica em todas as unidades, visando o registro da presença do funcionário, o que poderá também ser realizado por fotografias e localização em tempo real.

5) A contratada deverá manter técnico para atendimento imediato a reparos nos sistemas de alarme. As manutenções deverão ser atendidas imediatamente e deverão respeitar o horário de funcionamento da unidade.

6) A contratada deverá ter central de monitoramento dentro do Município de Guaranésia em local estratégico, a fim de dar mais eficácia no serviço prestado.

7) Caso a contratada não tenha central instalada no Município se compromete a efetuar a instalação da central, no prazo de 30 (trinta) dias, após ordem de serviço, sob pena de ruptura contratual em caso de descumprimento.

8) A contratada deverá disponibilizar sistema capaz de dar acessibilidade de dados ao sistema de monitoramento da Policia Militar do Município de Guaranésia.

**QUANTO AO PREÇO:**

Deverão estar inclusos no preço total ofertado todos os equipamentos necessários, instalação dos mesmos, serviços mensais, os encargos que venham incidir na prestação dos serviços e será aceito somente 02 (dois) dígitos após a vírgula. Os tributos e demais encargos trabalhistas referente à contratação é de inteira responsabilidade do Contratado.

**DO PAGAMENTO**: O pagamento pela execução dos serviços será em até 20 (vinte) dias, após a emissão da nota fiscal, atestada pelas secretarias solicitantes e vir acompanhada das regulares certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

**LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Nas secretarias, divisões, escolas, e demais órgãos desta municipalidade, incluindo o Distrito de Santa Cruz do Prata.

**FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da prestação dos serviços será exercida pelo Chefe de Gabinete

**PERÍODO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável nos moldes da Lei 8.666/93.

**FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

Conforme Anexo II do Edital.

**CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

Para aceitação da proposta a pregoeira considerará as características do serviço ofertado e sua conformidade com as especificações do edital, o prazo e local de prestação, preços e demais requisitos formais e materiais da oferta.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**Menor preço global.** Para julgamento e classificação das propostas a pregoeira verificará a aceitabilidade das propostas em face dos requisitos do edital, classificando em primeiro lugar aquela de menor preço, com ou sem apresentação de lances, e as demais em ordem crescente.

GUARANÉSIA
PREFEITURA DA CIDADE

# ANEXO II – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

**ENVELOPE N. 2 – A EMPRESA PARTICIPANTE DEVERÁ APRESENTAR EM IMPRESSO PRÓPRIO, A PROPOSTA, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOSCONTIDAS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, COM PREENCHIMENTO COMO SE SEGUE:**

**REF: PROCESSO nº. 187/2022**
**PREGÃO PRESENCIAL nº. 116/2022**

**OBJETO: Prestação de serviços de Segurança Eletrônica através do monitoramento de Sistemas de Alarme com transmissão de sinais Wirelles, GSM (GPRS/SMS) e linha discada, CFTV Digital e ronda eletrônica monitorada Online, para atender às Secretarias Municipais.**

**DESCRIÇÃO DOS ITENS:**

| Item | Especificação | Valor mensal R$ |
|---|---|---|
| 01 | **Prestação de serviços de Segurança Eletrônica através do monitoramento de Sistemas de Alarme com transmissão de sinais Wirelles, GSM (GPRS/SMS) e linha discada, CFTV Digital e ronda eletrônica monitorada Online, para atender às Secretarias Municipais**<br><br>**Monitoramento de todos os 42 (quarenta e dois) pontos discriminados.** | |

| Ponto | Local | Unid. | Preço mensal |
|---|---|---|---|
| 1 | Câmera Cemitério Santa Cruz da Prata | Santa Cruz da Prata | |
| 2 | Câmera Entrada/Saída Santa Cruz da Prata - Guaranésia | Santa Cruz da Prata | |
| 3 | Câmera Entrada/Saída Santa Cruz da Prata - Guaxupé | Santa Cruz da Prata | |
| 4 | Câmera Praça José Gabriel Pinheiro Santa Cruz da Prata | Santa Cruz da Prata | |
| 5 | Centro Administrativo Prefeito José Cristóvão Ramos | Rua Santa Bárbara, 84 – Centro | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 6 | Centro Cultural Fernandina Tavares Paes | Praça Coronel Paula Ribeiro, 40 - Centro | |
| 7 | Centro de Educação Infantil Tereza Cristina - CEMEI | Avenida Francisco Pinheiro, 281 - COHAB IV | |
| 8 | Centro de Psicologia | Avenida Deputado Humberto de Almeida n° 459 – Bom Jesus | |
| 9 | Centro de Treinamento e Capacitação | João Magalhães Mafra, 618 – Vila Nunes | |
| 10 | Complexo de Saúde | Praça Rui Barbosa, 40 - Centro | |
| 11 | Complexo Estação Rodoviário – Casa da Memória | Rua José Teixeira de Moraes, sem número – Vila Nunes | |
| 12 | Conselho Tutelar | Rua Alberto José Alves, 283- Centro | |
| 13 | Cozinha Comunitária | Rua Cardeal Carmelo, 1301 - Centro | |
| 14 | CRAS – Centro de Referencial de Assistência Social | Rua Major Francisco Dias, 349 - Centro | |
| 15 | Creche Clarinda de Jesus Ferreira | Rua Nicolau Ciuffi, 91 - COHAB II | |
| 16 | Creche Eunice Silva | Rua Dr. Ary Monteiro Dias, 85 – Bom Jesus | |
| 17 | Escola Municipal Dom Inácio João Dal Monte | Rua Alberto José Alves, 285 - Centro | |
| 18 | Escola Municipal Olavo Vilas Boas | Rua Bartolomeu Lauria, 60 – Pássaro da Ilha | |
| 19 | Fisioterapia - APAE | Rua Vereador Roque Delorenzo, - Pássaro da Ilha | |
| 20 | Paço Municipal | Praça Dona Sinhá, 295 - Centro | |
| 21 | Pátio de Obras | Rua Paschoal Romanelli, 385 - Várzea | |
| 22 | Poli Esportivo de Guaranésia | Rua Dr. Ary Monteiro Dias, sem número – Jardim Renovação | |
| 23 | Poli Esportivo Santa Cruz da Prata | Praça Eugenio Moreira da Silva Pedroso, sem número – Santa Cruz da Prata | |
| 24 | Praça de Esportes e Lazer Juscemar Tadeu de Souza | Major Urias, sem número - Centro | |
| 25 | Pronto Atendimento Municipal | Rua Dona Maria José, 379 - Centro | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 26 | PSF Bom Jesus | Avenida Deputado Humberto de Almeida, 619, Bom Jesus | |
| 27 | PSF Centro | Rua Major Urias, 220 - Centro | |
| 28 | PSF Prata | Rua Antônio Batista da Silva, 115 | |
| 29 | PSF Renovação | Rua Ângelo Panissa, 300 – Jardim Renovação | |
| 30 | PSF Renovação II | Rua Elziro de Brito, s/n – Jardim Renovação II | |
| 31 | PSF Rural | Rua Júlio Tavares, 1232 - Centro | |
| 32 | PSF Vila Nunes | Rua Acácio Pereira Dias, 459 – Vila Nunes | |
| 33 | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social | Rua Major Urias, 505 - Centro | |
| 34 | Telecentro Pássaro da Ilha | Ângelo Panissa, 73 – Pássaro da Ilha | |
| 35 | Telecentro Santa Cruz da Prata | Braz Rodrigo de Lima, 223 – Centro – Santa Cruz da Prata | |
| 36 | Terminal Rodoviário | Rua Major Urias, 950 - Centro | |
| 37 | Velório Municipal | Praça da Bíblia, sem número – Pássaro da Ilha | |
| 38 | Farmácia Básica de Santa Cruz da Prata | Rua Antônio Batista da Silva, 115 | |
| 39 | CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Dr. João Luiz de Moraes | Rua Júlio Tavares, 711 - Centro | |
| 40 | CRAS – Santa Cruz da Prata | Rua Francisco de Assis e Silva n°1033 - Santa Cruz da Prata | |
| 41 | CEMEI Professora Elizabeth Cristina Damas Medeiros | Rua Joaquim Egídio dos Reis, Bairro 25 de Dezembro | |
| 42 | CEMEI Professora Carolina de Paula Pereira | Rua Avelino Domingos Alves n°202 Bairro Pássaro da Ilha II Distrito de Santa Cruz da Prata | |

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R$.....(.....)

**INCLUIR TODAS AS INFORMAÇÕES/CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL, OU SEJA:**

1- Nome, número do CNPJ, endereço, e meios de comunicação à distância da licitante(e-mail) e dados bancários;

2- Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;

3 - Declaração de que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação;

4 - As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas um preço para cada item do objeto desta licitação.

Local e data.

_____

**Empresa (CNPJ)**
**Responsável (nome por extenso) CPF/RG**

GUARANÉSIA
PREFEITURA DA CIDADE

# ANEXO III – MODELO DE CREDENCIAMENTO

## PROCURAÇÃO

(nome da empresa/profissional) _____, inscrito no CNPJ/CPF nº. _____, com sede à (endereço completo) _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) _____ pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço),a _____ quem confere(m) amplos poderes para junto ao Governo da Prefeitura de Guaranésia – MG (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de pregão nº. 116/2022 (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar contratos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso) de apenas uma licitação.

Local, data e assinatura.

# ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

Empregador Pessoa Jurídica

Ref.: **PREGÃO Nº 116/2022**
**PROCESSO Nº 187/2022**

_____, inscrito no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº._____ e do CPF nº. _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (  ).

Local e data

_____

(Representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

GUARANÉSIA
PREFEITURA DA CIDADE

# ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS DESTE EDITAL

Ref.: **PROCESSO Nº. xx/2022**
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. xx/2022**

_____, inscrito no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº._____ e do CPF nº. _____, DECLARA, que está ciente e cumpre plenamente os requisitos de habilitação e das condições deste edital.

Local e data

_____

(Representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

GUARANÉSIA
PREFEITURA DA CIDADE

# ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N º 116/2022

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por seu representante legal o Sr. (a) _____, portador da cédula de identidade nº_____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins do disposto no Inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº. 147, de 07 de agosto de 2014, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu Artigo 3º e está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V – Seção Única daquela Lei Complementar.

Declaro ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos Incisos do §4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e Data

.....

**Nome e assinatura da Licitante**

GUARANÉSIA
PREFEITURA DA CIDADE

# ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À Prefeitura de Guaranésia

Ref.: Pregão nº. 116/2022
Processo nº: 187/2022

## DECLARAÇÃO

(Nome da empresa)_____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____ (endereço completo), interessada(o) em participar do Pregão nº. 116/2022, instaurado pela Prefeitura Municipal de Guaranésia, declara, sob as penas da Lei, a inexistência de fato impeditivo a sua habilitação e se obriga a comunicar a superveniência do mesmo.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data

_____
Representante Legal
(Assinatura/nome/RG)

# ANEXO VIII - MINUTA CONTRATUAL

**Contrato nº .../2022**
**Processo nº. 187/2022**
**Pregão Presencial nº. 116/2022**

**Prestação de serviços de Segurança Eletrônica através do monitoramento de Sistemas de Alarme com transmissão de sinais Wirelles, GSM (GPRS/SMS) e linha discada, CFTV Digital e ronda eletrônica monitorada Online, para atender às Secretarias Municipais, que entre si celebram o município de Guaranésia e _____.**

O **MUNICÍPIO DE GUARANÉSIA**, Estado de Minas Gerais, ente de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 17.900.473/0001-48, com sede na Praça Rui Barbosa, nº. 40, neste ato representado pelo Senhor Prefeito, Laércio Cintra Nogueira, Gestão Administrativa 2021/2024, brasileiro, divorciado, servidor público estadual, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 618, nesta cidade, RG nº MG 2.867.333 e CPF nº. 472.513.876-20 por solicitação das secretarias municipais: **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,** neste ato representado por seu secretário, Sr. Luís José Pereira, brasileiro, casado, servidor público municipal, portador do CPF nº. 183.756.856-15 e do RG nº. M-7.306.40, residente e domiciliado na Rua Júlio Tavares, nº. 1.183, no Centro, nesta cidade, por solicitação das: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** neste ato representado pelo seu secretário, Sr. Paulo Marcos Teixeira, brasileiro, casado, servidor público, portador do CPF nº. 000.256.136-00 e RG M.6.805.439, residente e domiciliado na Rua Roque Talibertti, 61, Residencial JR, nesta cidade; **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,** neste ato representado pela sua secretária, Srtª. Maria Eugenia Souza Pelicer, brasileira, solteira, portadora do RG n º 23.111.947-1 SSP/MG e do CPF nº 861.325.046-72, residente e domiciliada a Rua Major Urias, nº. 261, no Centro em Guaranésia/MG; **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO,** neste ato representado pelo seu secretário, Sr. Érico Queiroz Júnior, brasileiro, casado, servidor público municipal, portador do RG nº M -1.788.369 SSP/MG e do CPF nº 258.088.856-04, residente e domiciliado na cidade de Guaranésia/MG; **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGROPECUÁRIA,** neste ato representado pelo seu secretário, Sr. Marco Antônio Basílio, brasileiro, servidor público municipal, portador do RG nº M2663674 (SSPMG) e do CPF nº 540.956.466-91, domiciliado na Rua Expedicionário José dos Reis, nº. 176, no Jardim Rosana, em Guaxupé/MG; **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO,** neste ato representado pelo seu secretário, Sr. Ismael da Silva Santos, portador do RG nº. MG-11.797.391 SSPMG e do CPF nº. 007.169.146-46, domiciliado na Rua Antônio Porto, nº. 148, no bairro Residencial Dr. João Bento Ribeiro

do Valle nesta cidade; e **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** neste ato representado pelo seu secretário, Sr. Antônio da Silva Laudade, portador do RG 7.693.014 SSP/SP e do CPF nº 214.188.106-49, domiciliado na Rua Júlio Tavares nº 728, Bairro Centro, nesta cidade, e do outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, em _____, representada pelo _____, nacionalidade, profissão, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado _____, firmam o presente contrato nos termos constantes da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, nas condições seguintes:

**1. <u>DO OBJETO.</u>** O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de Segurança eletrônica através do monitoramento de sistemas de alarme com transmissão de sinais Wirelles, GSM (GPRS/SMS) e linha discada, CFTV digital e ronda eletrônica monitorada online, conforme Anexo I do presente edital.

**2. <u>DO VALOR</u>.** Pela prestação dos serviços a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor mensal de R$_____ (_____) pelos serviços prestados, totalizando o valor deste instrumento em R$ _____ (_____), mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais devidamente aprovada pelos diretores requisitantes, responsáveis pela fiscalização dos serviços.

§ 1º Na Nota Fiscal/Fatura deverá estar destacado os valores relativos ao IR, INSS (nos termos da Lei Previdenciária) e ao ISSQN, caso ocorra o fato gerador destes ou outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento.

§ 2º Fica expressamente estabelecido que no preço acima estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos, referente ao objeto da presente licitação.

**3. <u>DO PAGAMENTO</u>.**

3.1. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal de Serviço, acompanhada da ordem de serviço emitida pela secretaria solicitante, em até 20 (vinte) dias do mês subsequente ao da prestação do serviço, acompanhada dos originais das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

3.2. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor em até 20 (vinte) dias após anuência das secretarias requisitantes.

3.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o MUNICÍPIO, através do departamento requisitante, comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

3.3.1. Na hipótese prevista no subitem 3.3 o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

3.4. O MUNICÍPIO se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra

terceiros.

3.5. Não serão pagos os serviços prestados em desacordo com especificações que integram este instrumento.

**4. DO REAJUSTE.** O preço pelo qual será contratado o serviço será fixo e irreajustável, salvo nos casos previstos em Lei.

**5. DAS OBRIGAÇÕES.**

5.1 São obrigações da CONTRATADA:

a) Executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações da CONTRATANTE;

b) Cumprir os horários e todos os serviços designados pela CONTRATANTE;

c) Responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por sua culpa ou dolo;

d) Manter, durante todo o prazo de vigência contratual, as condições de habilitação compatíveis com a obrigação assumida;

e) Cooperar com a fiscalização do CONTRATANTE;

5.2 São obrigações da CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios já estabelecidos anteriormente;

b) Manter preposto para acompanhar a execução do serviço, objeto deste contrato, declarando o recebimento de acordo com os serviços especificados, bem como atestando a qualidade dos serviços adquiridos, tomando as providencias cabíveis caso não atendam as especificações da solicitação.

c) Notificar o contratado, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades encontradas na execução do objeto deste contrato e/ou a substituição do serviço que não atender as especificações.

**6. DAS PENALIDADES.** O Contratado que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei n°. 8.666/93

**7. DOS RECURSOS FINANCEIROS.** As despesas com a prestação dos serviços objeto do presente contrato correrá pelas seguintes dotações orçamentárias:

| Ficha | Elemento/Dotação |
|---|---|
| 68 – Manutenção Atividades Secretaria Municipal Administração - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.20.01.04.122.0052.2.205 3.3.90.39.99 |
| 85 – Manutenção Atividades Do Paço Municipal – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.20.01.04.122.0052.2.240 3.3.90.39.99 |

| | |
|---|---|
| 237 – Manutenção Atividades Administração Secretaria Municipal Obras – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.40.01.04.122.0052.2.210 3.3.90.39.99 |
| 204 – Manutenção Atividades Serviços Funerários – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.40.01.15.452.0505.2.032 3.3.90.39.99 |
| 396 – Manutenção Atividades do Telecentro - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.60.01.12.122.0052.2.168 3.3.90.39.99 |
| 408 – Manutenção Atividades Adm. Geral Sec. Municipal Educação - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.60.01.12.122.0052.2.215 3.3.90.39.99 |
| 353 – Manutenção Atividades Do Ensino Fundamental – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.60.01.12.361.0403.2.047 3.3.90.39.99 |
| 386 – Manutenção Atividades Ensino Infantil – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.60.01.12.365.0401.2.056 3.3.90.39.99 |
| 441 – Manutenção Atividades Divisão Cultura E Turismo – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.70.01.13.392.0471.2.061 3.3.90.39.99 |
| 483 – Manutenção Atividades Da Divisão De Esporte E Lazer – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.70.01.27.813.0720.2.219 3.3.90.39.99 |
| 513 – Manutenção Atividades Administração Secretaria Municipal De Saúde – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.90.01.10.122.0052.2.070 3.3.90.39.99 |
| 532 – Manutenção Atividades Da Atenção Básica – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.90.02.10.301.0203.2.183 3.3.90.39.99 |
| 533 – Manutenção Atividades Da Atenção Básica – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.90.02.10.301.0203.2.183 3.3.90.39.99 |
| 552 – Manutenção Atividades Média E Alta Complexidade - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.90.03.10.302.0210.2.186 3.3.90.39.99 |
| 580 - Manutenção Atividades Vigilância Epidemiológica - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.90.05.10.305.0245.2.188 3.3.90.39.99 |
| 582 - Manutenção Atividades Vigilância Epidemiológica - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.90.05.10.305.0245.2.188 3.3.90.39.99 |
| 597 - Manutenção Atividades Secretaria Municipal Desenvolvimento Social - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.91.01.08.122.0052.2.086 3.3.90.39.99 |
| 632 - Manutenção Atividades Do CRAS / Assistência Social - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.91.02.08.122.0052.2.089 3.3.90.39.99 |
| 669 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica | 02.91.03.08.243.0011.2.177 3.3.90.39.99 |

**8. <u>DA VIGÊNCIA.</u>** O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, findando em ____/_____/____ podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

**9. <u>DA RESCISÃO.</u>** Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito à contratada indenização de qualquer espécie quando:

I - Não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte

inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;

II - A parte contratada transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do contratante;

III - Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos art. 77 ao art. 80 da Lei n. 8.666/93.

IV - Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato;

V - No caso de acordo entre as partes, atendida a conveniência dos serviços, mediante lavratura de termo próprio ou conclusão dos serviços contratados ou por ocasião da conclusão destes, conforme objeto da licitação;

VI - Quando houver deficiência na prestação do serviço;

VII - Quando a CONTRATADA reiteradamente desobedecer aos preceitos estabelecidos;

VIII – Se houver abandono total ou parcial do serviço;

IX - Não forem iniciadas as atividades no prazo previsto.

**10. DA PUBLICIDADE.** O extrato do presente contrato será publicado na imprensa oficial, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

**11. DO FORO.** Fica eleito o foro da comarca de Guaranésia/MG, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito e declaram conhecer todas as Cláusulas contratadas.

Local e data

***Laércio Cintra Nogueira***
***Prefeito Municipal***

***Luís José Pereira***
***Secretário Municipal de Administração***

***Paulo Marcos Teixeira***
***Secretaria Municipal de Saúde***

***Maria Eugenia Souza Pelicer***
***Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social***

***Érico Queiroz Júnior***
***Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo***

GUARANÉSIA
PREFEITURA DA CIDADE

***Marco Antônio Basílio***
***Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agropecuária***

***Ismael da Silva Santos***
***Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo***

***Antônio da Silva Laudade***
***Secretaria Municipal de Educação***

***Contratado***
***Representante legal cargo***

**Anexo I Do Contrato nº. _____/2022**

- Aspecto da segurança do ambiente monitorado. Quanto a este aspecto, é inegável que, a existência por si só de um sistema de CFTV, assim como de alarmes, já desencoraja possíveis tentativas de violação da segurança do local e, via de regra, encoraja a que servidores e prestadores de serviço que circulam pelo ambiente passem a observar com mais rigor as regras e padrões de segurança definidos para cada local e, ainda;
- Permite visualizar, monitorar e gravar imagens de diversos ambientes simultaneamente;
- Impõe o fator psicológico de dissuasão, pois o agente invasor sabe que está sendo vigiado e suas imagens armazenadas;
- Inibe a ação de invasores, depredadores e pessoas mal intencionadas;
- Facilita o trabalho de pronta resposta (polícia e vigilância particular), fornecendo pormenores do incidente ou violação da segurança que esteja ocorrendo no local monitorado;
- Auxilia sobremaneira no controle de acesso de pessoas e objetos no recinto controlado;
- Torna mais eficiente o monitoramento e fiscalização dos procedimentos de segurança praticados por funcionários e prestadores de serviços.

**OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**:
Serão de responsabilidade da licitante vencedora:
a) Proceder a fiscalização da manutenção preventiva e caso verifique a corretiva dos equipamentos instalados em cada ponto, para perfeito funcionamento dos mesmos.
a1) A fiscalização consiste em elaborar laudos e/ou relatórios sobre o defeito ou problema apresentado pelos equipamentos com a possível solução e enviá-los no menor prazo de tempo possível para a Contratante, para que a mesma providencie o reparo.
b) A Contratada deverá manter o Município permanentemente informado sobre o cadastro geral do pessoal que realizará o apoio tático móvel.
c) Quaisquer danos causados pela Contratada às instalações prediais (paredes, forros, instalações elétricas ou hidrossanitárias, dentre outras), deverão ser reparados pela mesma, sem ônus para a Contratante.
d) Todos os materiais/equipamentos a serem aplicados/instalados durante a substituição/manutenção dos equipamentos deverão ser supervisionados pela contratada para evitar interrupções durante o monitoramento e funcionamento do sistema.
e) A Contratada será responsável por eventuais reinstalações dos equipamentos, independentemente da motivação.
f) Disponibilizar pessoal habilitado e treinado para o serviço de monitoramento, prestando todas as informações em tempo e qualidade necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos;
g) Elaborar, sempre que solicitado pela Contratante, relatórios gerenciais e/ou técnicos referentes aos serviços prestados, os quais deverão ser entregues no prazo máximo de cinco dias úteis a contar da solicitação pela Fiscalização.
h) Manter, durante toda a execução do serviço, a capacidade técnica e a aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto contratado.
i) Dar ciência, imediatamente, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos séricos, bem como prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante. Assumir inteira e total responsabilidade técnica pela execução dos serviços, bem como responsabilizar por quaisquer despesas com viagem, estadia e alimentação de seus profissionais, quando necessárias para a execução dos serviços.
j) Responder pelas despesas relativas a encargos, seguros, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados. Arcar com todas as providencias e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus funcionários no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante.

k) Garantir a fixação em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia, do Quartel Militar, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse e indicados para o melhor desempenho das atividades afins. Manter disponível para o Operador de Monitoramento os procedimentos e manuais necessários ao seu trabalho, complementarmente ao treinamento e reciclagem permanentes. Colaborar com as autoridades policiais dentro das instalações da Contratante, facilitando, no possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.
l) Executar os trabalhos de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos – quer humanos quer materiais – com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da Contratante. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução.
m) A Contratada afixará no imóvel adesivo para identificar que as unidades estão sendo monitoradas 24 (vinte e quatro) horas pela empresa de segurança eletrônica, de forma a inibir possível ação lesiva ao patrimônio da Contratante ou para identificação em caso eventual ronda diária.
n) Prover todos os recursos humanos necessários para garantir à prestação dos serviços, nos regimes contratados, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

**OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta
a) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providencias cabíveis;
b) Notificar a Contratada por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
c) Pagar à Contratada o valor resultante da prestação de serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
d) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal fornecida pela Contratada.

**FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**:
Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:
1- Monitoramento eletrônico remoto 24 (vinte e quatro) horas de dependências das Unidades Locais relacionadas da Prefeitura Municipal de Guaranésia, com acionamento de alarme local e em central da Contratada, através de vídeo monitoramento online, linha telefônica, internet e/ou GPRS fornecida pela Contratada;
2- O sistema funciona com equipamentos e dispositivos eletrônicos instalados no local monitorado. Estando o sistema armado e conectado, sempre que houver tentativa de invasão ou arrombamento, o alarme será ativado e conectado automaticamente, através da linha telefônica à central de monitoramento da Contratada, que enviará patrulhamento ao local, tomando as providências cabíveis.
3- Os chamados relativos a problemas técnicos deverão ser atendidos em até 04 (quatro) horas após a comunicação e solucionados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
4- Em caso de acionamento do Alarme Monitorado, cabe à Contratada o envio de pessoal qualificado ao local para verificação da situação e se necessário o acionamento da Polícia Militar e representante da Prefeitura. **O tempo de atendimento ao local não poderá exceder a 15 (quinze) minutos.**
5- Após determinada hora (a ser combinada com o responsável por cada unidade), caso o alarme não tenha sido acionado, entrar em contato com o responsável para comunicar o fato e, caso necessário, ativar o alarme à distância.

6- O monitoramento das imagens das câmeras será de responsabilidade da Contratada, cabendo a Contratante a responsabilidade pelo fornecimento da internet de boa qualidade nos pontos a serem monitorados, para monitoramento online. Todos os equipamentos, monitores e/ou computadores necessários para o vídeo-monitoramento ficaram a cargo da contratada.

**Sistema de Pronto-Atendimento:**

1) A contratada deverá manter no Município de Guaranésia, 01 (uma) central de operação de deslocamento em local estratégico, (dentro da cidade) com pelo menos 01(um) veículo disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias da semana, para atendimento das respectivas chamadas, sendo realizada pela contratada, ronda *in loco* no período compreendido entre as 23h00min e 05h00min.
2) A central de operação deverá dispor de um veículo motor devidamente abastecido, pela contratada, provido de telefone celular, com profissional devidamente habilitado e treinado, pronto para rápidos deslocamentos e providências cabíveis a eventuais chamadas simultâneas de alarmes ou outras ocorrências com capacidade de chegar ao local do evento em, no máximo, 15 (quinze) minutos em áreas urbanas, e no Distrito de Santa Cruz do Prata o atendimento deverá ser efetuado em no máximo em 30 (trinta) minutos.
3) Este veículo deverá permanecer em plantão 24 (vinte e quatro) horas, de domingo a domingo, inclusive fins de semana e feriados, ponto facultativos, etc.
4) Para um efetivo funcionamento da fiscalização deverá ser instalado pela contratada pontos de ronda eletrônica em todas as unidades, visando o registro da presença do funcionário, o que poderá também ser realizado por fotografias e localização em tempo real.
5) A contratada deverá manter técnico para atendimento imediato a reparos nos sistemas de alarme. As manutenções deverão ser atendidas imediatamente e deverão respeitar o horário de funcionamento da unidade.
6) A contratada deverá ter central de monitoramento dentro do Município de Guaranésia em local estratégico, a fim de dar mais eficácia no serviço prestado.
7) Caso a contratada não tenha central instalada no Município se compromete a efetuar a instalação da central, no prazo de 30 (trinta) dias, após ordem de serviço, sob pena de ruptura contratual em caso de descumprimento.
8) A contratada deverá disponibilizar sistema capaz de dar acessibilidade de dados ao sistema de monitoramento da Policia Militar do Município de Guaranésia.

| Ponto | Local | Unid. | Preço mensal |
|---|---|---|---|
| 1 | Câmera Cemitério Santa Cruz da Prata | Santa Cruz da Prata | |
| 2 | Câmera Entrada/Saída Santa Cruz da Prata – Guaranésia | Santa Cruz da Prata | |
| 3 | Câmera Entrada/Saída Santa Cruz da Prata – Guaxupé | Santa Cruz da Prata | |
| 4 | Câmera Praça José Gabriel Pinheiro Santa Cruz da Prata | Santa Cruz da Prata | |
| 5 | Centro Administrativo Prefeito José Cristóvão Ramos | Rua Santa Bárbara, 84 – Centro | |
| 6 | Centro Cultural Fernandina Tavares Paes | Praça Coronel Paula Ribeiro, 40 – Centro | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 7 | Centro de Educação Infantil Tereza Cristina – CEMEI | Avenida Francisco Pinheiro, 281 - COHAB IV | |
| 8 | Centro de Psicologia | Avenida Deputado Humberto de Almeida n° 459 – Bom Jesus | |
| 9 | Centro de Treinamento e Capacitação | João Magalhães Mafra, 618 – Vila Nunes | |
| 10 | Complexo de Saúde | Praça Rui Barbosa, 40 – Centro | |
| 11 | Complexo Estação Rodoviário – Casa da Memória | Rua José Teixeira de Moraes, sem número – Vila Nunes | |
| 12 | Conselho Tutelar | Rua Alberto José Alves, 283- Centro | |
| 13 | Cozinha Comunitária | Rua Cardeal Carmelo, 1301 – Centro | |
| 14 | CRAS – Centro de Referencial de Assistência Social | Rua Major Francisco Dias, 349 – Centro | |
| 15 | Creche Clarinda de Jesus Ferreira | Rua Nicolau Ciuffi, 91 - COHAB II | |
| 16 | Creche Eunice Silva | Rua Dr. Ary Monteiro Dias, 85 – Bom Jesus | |
| 17 | Escola Municipal Dom Inácio João Dal Monte | Rua Alberto José Alves, 285 – Centro | |
| 18 | Escola Municipal Olavo Vilas Boas | Rua Bartolomeu Lauria, 60 – Pássaro da Ilha | |
| 19 | Fisioterapia – APAE | Rua Vereador Roque Delorenzo, - Pássaro da Ilha | |
| 20 | Paço Municipal | Praça Dona Sinhá, 295 – Centro | |
| 21 | Pátio de Obras | Rua Paschoal Romanelli, 385 – Várzea | |
| 22 | Poli Esportivo de Guaranésia | Rua Dr. Ary Monteiro Dias, sem número – Jardim Renovação | |
| 23 | Poli Esportivo Santa Cruz da Prata | Praça Eugenio Moreira da Silva Pedroso, sem número – Santa Cruz da Prata | |
| 24 | Praça de Esportes e Lazer Juscemar Tadeu de Souza | Major Urias, sem número – Centro | |
| 25 | Pronto Atendimento Municipal | Rua Dona Maria José, 379 – Centro | |
| 26 | PSF Bom Jesus | Avenida Deputado Humberto de Almeida, 619, Bom Jesus | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 27 | PSF Centro | Rua Major Urias, 220 – Centro | |
| 28 | PSF Prata | Rua Antônio Batista da Silva, 115 | |
| 29 | PSF Renovação | Rua Ângelo Panissa, 300 – Jardim Renovação | |
| 30 | PSF Renovação II | Rua Elziro de Brito, s/n – Jardim Renovação II | |
| 31 | PSF Rural | Rua Júlio Tavares, 1232 – Centro | |
| 32 | PSF Vila Nunes | Rua Acácio Pereira Dias, 459 – Vila Nunes | |
| 33 | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social | Rua Major Urias, 505 – Centro | |
| 34 | Telecentro Pássaro da Ilha | Ângelo Panissa, 73 – Pássaro da Ilha | |
| 35 | Telecentro Santa Cruz da Prata | Braz Rodrigo de Lima, 223 – Centro – Santa Cruz da Prata | |
| 36 | Terminal Rodoviário | Rua Major Urias, 950 – Centro | |
| 37 | Velório Municipal | Praça da Bíblia, sem número – Pássaro da Ilha | |
| 38 | Farmácia Básica de Santa Cruz da Prata | Rua Antônio Batista da Silva, 115 | |
| 39 | CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Dr. João Luiz de Moraes | Rua Júlio Tavares, 711 – Centro | |
| 40 | CRAS – Santa Cruz da Prata | Rua Francisco de Assis e Silva n°1033 - Santa Cruz da Prata | |
| 41 | CEMEI Professora Elizabeth Cristina Damas Medeiros | Rua Joaquim Egídio dos Reis, Bairro 25 de Dezembro | |
| 42 | CEMEI Professora Carolina de Paula Pereira | Rua Avelino Domingos Alves n°202 Bairro Pássaro da Ilha II Distrito de Santa Cruz da Prata | |

GUARANÉSIA
PREFEITURA DA CIDADE

# ANEXO IX – MODELO DEDECLARAÇÃO DE QUE NO QUADRO DA EMPRESA NÃO HÁ FUNCIONÁRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE GUARANÉSIA.

Empregador Pessoa Jurídica

Ref.: **PREGÃO Nº 116/2022**
**PROCESSO Nº 187/2022**

_____, inscrito no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº._____ e do CPF nº. _____, DECLARA, para fins do disposto no art. 9º inciso III do da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, que não há funcionário público do município de Guaranésia, em seu quadro empresarial.

Local e data

_____
(Representante legal)